

## DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA – DOD

### INTRODUÇÃO

Em conformidade com o parágrafo único do artigo 6º da [Resolução CNJ nº 468 de 15 de julho de 2022](#), bem como o Guia de Contratações de TIC do Poder Judiciário, a fase de Planejamento da Contratação terá início com o recebimento do Documento de Oficialização da Demanda pela Área de TIC. Este documento deverá ser elaborado pela Área Demandante da solução.

### PREENCHIMENTO PELA ÁREA DEMANDANTE

#### IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA DEMANDANTE E TÉCNICA

Área Demandante (Unidade/Diretoria/Coordenação/Divisão/Seção): Diretoria de Gestão de Pessoas	
Responsável pela demanda: Bianca Kelly Chaves	Matrícula: 53422
E-mail: bchaves@trt3.jus.br	Telefone: (31) 3228-7120

#### IDENTIFICAÇÃO E CIÊNCIA DAS INTEGRANTES DEMANDANTE E TÉCNICA

Nome: Bianca Kelly Chaves	Matrícula: 53422
Cargo: Diretora de Gestão de Pessoas	Lotação: Diretora de Gestão de Pessoas
E-mail: dgp@trt3.jus.br	Telefone: (31) 3228-7120
Nome: Christiane Nogueira de Podestá	Matrícula:
Cargo: <small>CHRISTIANE NOGUEIRA DE PODESTA:30837989 Assinado de forma digital por CHRISTIANE NOGUEIRA DE PODESTA:30837989 Data: 2025.07.31 13:58:32 -03'00'</small>	Lotação: Seção de Concursos Públicos
E-mail: scp@trt3.jus.br	Telefone: (31) 3228-7127

Nos termos da Instrução Normativa SEGES/MPDG n. 5/2017, especialmente em seus artigos 21, inciso I, alínea d, e 22, caput e §1º, a constituição da Equipe de Planejamento da Contratação deve observar a indicação de servidores que detenham competências técnicas, administrativas e funcionais necessárias ao adequado desenvolvimento das etapas de planejamento.

Entretanto, diante do atual cenário de restrição de pessoal no âmbito deste Tribunal, a



designação de integrantes com perfil técnico e administrativo tem se limitado aos casos em que sua participação se revele imprescindível e incontornável para a adequada condução do processo.

No presente caso, trata-se de licitação voltada à contratação de serviços de certificação digital e afins, cujo objeto permanece inalterado em relação à contratação anterior. Inexistem fatos novos ou alterações relevantes que impliquem aumento da complexidade técnica da demanda, de modo que não se justifica, neste momento, a designação de integrantes técnicos na equipe.

Entende-se, assim, que a atuação de integrantes exclusivamente da área demandante é suficiente para atender às exigências normativas e operacionais do planejamento.

Declaro, por meio deste instrumento, que tenho ciência das atribuições atribuídas ao Integrante Demandante, conforme disposto no Guia de Contratações de Soluções de TIC do Poder Judiciário, nos termos do art. 7º da Resolução CNJ n. 468, de 15 de julho de 2022, bem como da minha indicação para exercer tal função na Equipe de Planejamento da Contratação.

Belo Horizonte, [data da assinatura eletrônica].

#### IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA

Descrição da necessidade ou situação problema: Manter a disponibilização contínua de certificados digitais e afins (mídias e visitas técnicas) aos usuários internos do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região – TRT3 (magistrados e servidores ativos), no termos do que determina a Resolução do Conselho Superior da Justiça do Trabalho n. 164, de 18 de março de 2016.

Data desejada para conclusão da contratação da Solução de TIC: 01/11/2025

Previsão tipo de contratação da Solução de TIC: Licitação – Registro de Preços

Grau de Priorização: Alto

Quantidade prevista:

- 1.700 (mil e setecentas) unidades de certificados digitais tipo A3, emitidos no modelo tradicional (com token);
- 1.700 (mil e setecentas) unidades de certificados digitais tipo A3, emitidos no modelo nuvem;



- 400 (quatrocentas) unidades de visitas técnicas destinadas à emissão de certificados;
- 500 (quinhentas) unidades de tokens criptográficos, destinados à substituição de dispositivos inoperantes, obsoletos ou incompatíveis, bem como ao atendimento de emissões destinadas a usuários que não utilizam certificados em nuvem.

Estimativa de custo: R\$250.055,00 (Duzentos e cinquenta mil e cinquenta e cinco reais).

Objetos interdependentes: não se aplica.

#### ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS

ID	Objetivos Estratégicos
Aprimorar a Governança de TIC e a proteção de dados	OE - 10 Aprimorar a governança, a gestão, a infraestrutura tecnológica e os mecanismos de proteção dos dados institucionais, garantindo a disponibilidade dos serviços digitais essenciais à otimização da prestação jurisdicional.

#### ALINHAMENTO AO PDTIC 2025-2026

ID	Objetivo tático de TIC
OTI7	Aprimorar a segurança da informação e a proteção de dados, implementando medidas e práticas robustas de segurança cibernética, garantindo a confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações e dados institucionais.

#### ALINHAMENTO AO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES 2025

Item	Descrição
24	Certificado Digital Pessoa Física

#### MOTIVAÇÃO/JUSTIFICATIVA



A certificação digital constitui ferramenta essencial para o funcionamento da Justiça do Trabalho, conforme previsto na Lei n. 11.419/2006, na Instrução Normativa TST n. 30/2007 e na Resolução CSJT n. 164/2016.

No âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, a Resolução TRT3/GP n. 34/2015 estabelece a obrigatoriedade de disponibilização de certificados digitais institucionais válidos para magistrados e servidores, assegurando a integridade, a autenticidade e a validade jurídica dos atos processuais eletrônicos.

Embora vigentes os Contratos n. 10026-2024 e 10023-25 firmados com a empresa Soluti - Soluções em Negócios Inteligentes S/A, originários do Pregão Eletrônico n. 13/2024, foi identificada pendência da contratada junto ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN), circunstância que impede a celebração de novos ajustes contratuais com a Administração Pública, nos termos da legislação vigente.

Diante desse cenário, a possibilidade de prorrogação do Contrato n. 10026/2024 ainda está em análise. Quanto ao Contrato n. 10023/2025, a Administração deliberou pela concessão do prazo de 60 (sessenta) dias para que a contratada regularize a pendência identificada, conforme previsto nas respectivas cláusulas contratuais.

Portanto, revela-se necessária e urgente a instauração de novo processo licitatório, na forma de Sistema de Registro de Preços, visando ao registro de até 2 (duas) empresas especializadas em certificação digital institucional. A medida reforça a resiliência institucional, nos termos do art. 10, IV da Resolução CSJT n. 164/2016, art. 11, I da Lei n. 14.133/2021 e do princípio da continuidade do serviço público (art. 37, *caput*, da CF).

A contratação ocorrerá sob demanda, sendo possível acionar um, ambos ou nenhum dos fornecedores registrados, a depender da necessidade da Administração.

A utilização das atas ficará condicionada à conveniência e oportunidade da Administração, à disponibilidade orçamentária e à regularidade fiscal dos fornecedores, não gerando direito subjetivo à contratação, tampouco exclusividade.

#### RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

- Cumprir a Resolução CSJT 164/CSJT/2016 e Resolução CNJ 185/2013;
- Garantir acesso ao PJe-JT e a outros sistemas de apoio indireto, internos e externos ao Órgão, que façam uso obrigatório de certificação digital como método de



autenticação;

- Assegurar a autenticidade e integridade das informações providas pelos sistemas corporativos;
- Assegurar o não repúdio de atos e transações executadas via processo eletrônico.

#### FONTE DE RECURSOS

Programa 0033 - Programa de Gestão e manutenção do Poder Judiciário.

Ação 4256 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho.

Plano Orçamentário 0001 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Despesas Diversas.

#### ENCAMINHAMENTO

Encaminhe-se ao Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação para providências.  
Belo Horizonte, data da assinatura eletrônica.

BIANCA KELLY  
CHAVES

Assinado de forma digital por  
BIANCA KELLY CHAVES  
Dados: 2025.07.30 18:34:20 -03'00'

Bianca Kelly Chaves

